

ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Aos vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte dois, terça-feira, às dez horas da manhã reuniu-se virtualmente pelo Google Meet o Comitê Permanente de Assistência Estudantil. Em sua segunda reunião ordinária sob a presidência de Livia Neves Ávila, onde estiveram presentes: Petrus Curiel Rigotti - Titular Vila Universitária, Luciana Hoffert Castro Cruz - PROEX, Matheus Felipe Chagas Batista - Residência estudantil apartamentos, Djalma Teixeira Bastos Junior - Titular PROPLAD, Lucas Prósperi Rodrigues - Repúblicas Federais, Marcos Vinícius Rodrigues da Silva - Titular discente ICEA, Pedro Henrique Dias Borges - Suplente discente ICEA, Hércules Gidel Lucena de Sousa - C.Saúde, Hugo Xavier Guarilha - Suplente TAE ASSUFOP, Leticia Pereira de Sousa - Titular PROGRAD, Eduardo Evangelista Ferreira - Assufop, Priscila Sena Gonçalves - Suplente PRACE, Mariana Silva Santos - TAE - Titular PRACE, Cláudia Cristina de Oliveira Alves - TAE titular da PRACE, Adilson Pereira dos Santos - Suplente - PROGRAD, Michelle Barbosa Lima - Suplente PRACE, Nathanael Rodrigues de Oliveira Santos - Republica Maracangalha, Marcelo Dias de Santana, Matheus Magalhães Machado - República Pasárgada, Camila Freitas de Miranda, Lucas Fernandes Ruckert - República Verdes Mares, Gabriel Viana de Sousa Coelho - República Pulgatório, Francisco Silveira de Almeida - República Canaan, João Victor Almeida Lirio - Vice Presidente da REFOP, Tomás do Nascimento e Silva Henriques - República Unidos Por Acaso, Rebeca Oliveira Ciriaco Santos - República Palmares e Clarissa Rodrigues. A presidente estabeleceu que as reuniões sejam sempre na terceira quinta-feira de todo mês, e perguntou se todos estavam de acordo. Ficou estabelecido que o prazo de enviar as pautas, seja com até uma semana de antecedência da reunião, para que seja enviado o convite com a prévia, e se ninguém tiver questionamento em relação a isso segue com as pautas para serem discutidas. As atas não serão lidas para que as reuniões não fiquem cansativas e ficou acordado que a ata deve ser lida previamente por cada membro e em caso de questionamentos, solicitar correções e/ou alterações à presidência. E foi combinado de que quando alguém enviar uma pauta, seja mantido o nome dela junto com a proposta a ser debatido, para que essa pessoa justifique o pleito e dê início a discussão com seus argumentos. A presidente perguntou se todos estavam de acordo com a Ata da I reunião ordinária do COPAE realizada em vinte e dois de setembro de dois mil e vinte dois, e a Ata foi aprovada sem restrições. Logo após esse momento, a presidente falou sobre a pauta de cobrança de energia nas moradias socioeconômicas de Ouro Preto, enviada por Thais Junia De Paulo Sousa, que não estava presente na reunião, então foi passado para a próxima pauta. Dando continuidade, passou para a pauta sobre a aplicação do critério socioeconômico, com percentual de vagas aos estudantes com avaliação socioeconômica vigente para serem ocupadas nas Repúblicas Federais de Ouro Preto, enviada por Petrus Rigotti. O texto desta pauta foi alterada, pois Adilson Pereira dos Santos fez uma sugestão de alteração via email para a seguinte redação: Aplicação dos percentuais de reservas de vagas da política afirmativa para o ingresso na graduação, de estudantes com avaliações socioeconômicas vigentes, na ocupação das vagas a serem ocupadas nas Repúblicas Federais de Ouro Preto. Petrus abriu a discussão e relata que está retomando essa questão, uma vez que essa proposta já foi feita em anos anteriores, mas com a pandemia foi interrompida. A presidente complementou o que Petrus falava, e disse que resgatou o tema desta pauta de duas reuniões extraordinárias que ocorreram em dois mil e vinte e um, dizendo que é a continuidade de uma discussão. Petrus deu

continuidade em sua fala, sobre a aplicação do critério socioeconômico para vagas em repúblicas federais, ele entende que o sistema tem suas falhas, mas que elas são importantes para a permanência dos estudantes na universidade. Ele dá um parêntese, na questão dos indígenas, deixando claro que não é uma questão de preconceito nem discriminação, mas que gostaria de entender o motivo de inclusão dos mesmos, e se a demanda da universidade precisa. E na questão de deficientes físicos, seria algo mais delicado pois nenhuma república no ponto de vista dele, tem acessibilidade para estes estudantes, impossibilitando a adaptação dos mesmos e tendo problemas com o Iphan, precisando atender uma série de mudanças estruturais. Adilson Pereira, que fez a sugestão de alteração da pauta, relata que a política de ação afirmativa mais concreta que temos atualmente, é a lei de cotas, do qual, alguns segmentos deveriam ser beneficiados para o acesso ao Ensino Superior, que são, pessoas procedentes de escola pública, pessoas pretas, pardas, indígenas e deficientes. E que se o Estado Brasileiro reconheceu essas pessoas com direito para metade das vagas, essa mesma realidade precisa ser espelhada na ocupação de vagas nas moradias estudantis da UFOP, levando em consideração o critério socioeconômico. E entrando em contradição ao Petrus, Adilson defende que o fato de não haver condições de acessibilidade nos espaços, não pode ser a justificativa para obstaculizar o acesso dessas pessoas, esse argumento é ultrapassado. A proposta dele foi no sentido de que gostaria que as repúblicas/moradias tivessem oportunidade de viver a diversidade e que não tem um posicionamento cristalizado, e está aberto a dialogar. Foi aberta uma fila para falar, Clarissa Rodrigues relatou do acontecimento que saiu no Jornal Nacional e imprensa local, da qual foi uma vergonha para a universidade. Todo semestre a UFOP, tem estudantes que deixam a universidade por questões desse “sistema medieval”, e que só hoje no conselho universitário foram colocadas quatro repúblicas que estão com processo administrativo aberto por causa da última denúncia, da qual, diversas vezes é acobertado. E acredita que precisa-se avançar para que toda a entrada nas moradias federais seja pelo sistema socioeconômico. Mariana deu sequência e quis trazer algumas provocações sobre a fala do Petrus, ela relata que nem toda deficiência é física, do qual se descobre só olhando para a pessoa, e que a deficiência de cadeirante, não é a única. Outro ponto, é que mesmo que a vaga para indígenas não seja ocupada, é importante ela existir. Ela trouxe elementos para se pensar, sem adotar um posicionamento. A presidente relatou que este tema já foi discutido em duas reuniões do ano passado, nos meses de Junho e Setembro, em Setembro saíram três encaminhamentos: 1 PRACE realizar o perfil dos estudantes das repúblicas federais; 2 REFOP incentivar as repúblicas federais a realizar atualizações dos moradores junto a PRACE; 3 Realizar o cruzamento de dados de alunos assistidos pelos programas de bolsa e residentes das repúblicas federais. Atualmente são 557 moradores de repúblicas federais, 147 bolsistas da PRACE, 42 da categoria A, 51 da B, 26 C e 27 da categoria D. Petrus se retratou em sua fala anteriormente. Marcelo deu continuidade, relatando que é direito do deficiente escolher se ele quer ou não morar em moradia estudantil ou república. Em relação às adaptações, visto que há como justificar ao IPHAN as questões de acessibilidade e inclusão dessas pessoas em qualquer esfera social, então o problema seria sanado. Temos pessoas com deficiência vivendo nas moradias estudantis que não são intituladas como deficientes, porque não são físicas e muitas das vezes não são relatadas, inclusive por elas, de que estão com esse estigma de que são deficientes. E a convivência com a diversidade quem ganha é todo mundo, as adaptações são um ganho para casa porque aí terá moradia acessível e inclusiva onde aquela pessoa se sentirá bem. Então isso é uma questão interna da UFOP, que precisa gerar recursos para essas adaptações, é preciso pensar em critérios que precisam reconhecer as questões

de acessibilidade. Lucas Prospero, em nome das repúblicas federais, é totalmente a favor dessa reserva de vagas para deficientes. E o percentual dos moradores já estão incluídos na parte de vulnerabilidade socioeconômica ele ressalta que têm repúblicas que mais de 50% dos moradores são socioeconômicos. Ele reforça que há outros tipos de deficiência, não só física, mas como também mental, e acredita que isso também deveria ser colocado no artigo que foi mandado no chat. No que se refere às casas não serem acessíveis, em relação ao o IPHAN, como iniciativa em prol do bem, ele acredita que seria possível fazer essas adaptações. E tem total interesse em receber alunos deficientes, e tentaria tornar o ambiente mais acolhedor possível. E aceita sugestões sobre como seria feito o acompanhamento para tentar promover a continuidade dos membros na universidade para não haver evasão. Eduardo Evangelista questionou como vai ser a tramitação do assunto que está sendo debatido. Lívia explicou que está sendo discutida a alteração de resolução da reserva de vagas do critério socioeconômico CUNI. Os dados que ela falou 26% dos moradores de república federal são bolsistas da PRACE, outro dado que está anexado no convite da reunião é de quantas vagas ociosas tem em repúblicas federais. Eduardo acredita que deveria saber qual a capacidade de ocupação em cada casa, e como é feito esse processo da ocupação dos imóveis. Ele levantou uma reflexão que se colocar o critério socioeconômico em repúblicas federais e entrar uma pessoa, preta e pobre, quem cuidaria da saúde mental dessa pessoa para não ser atacada? Quem irá gerenciar isso, visto que todos sabemos o que acontece em festas republicanas, precisa-se pensar o modelo como o todo, as repúblicas precisam se adaptar à nova realidade que vivemos. Ele disse que a CUNI trás muitas pautas que não são levadas em prática, visto que a resolução é de 2013. E que as repúblicas federais, antes de pensar reserva de vagas para socioeconômicos, é importante inserir um novo modelo e novas regras, adaptando à nova realidade e acabando com as violências que acontecem da qual nenhuma gestão da UFOP toma alguma providência efetiva. Matheus Felipe, acredita que o sistema repúblicano precisa ser revisto, a universidade precisa tomar medidas cabíveis, esse sistema não existe só nas repúblicas mas também na UFOP. Esteja na hora de nos policiar e proteger, minorias, negros, índios, e a comunidade lgbtqi+ do que vem acontecendo a anos. Sobre as moradias ele conta que tem apartamentos acessíveis, mas não é feita a manutenção correta. É importante pensar em punições mais eficazes para os transgressores de regras de qualquer tipo de problema na universidade, isso é levado adiante e a universidade não faz nada. A presidente se pronunciou sobre o acontecimento com a República Sinagoga, e relatou que a PRACE recebeu quatro acusações essa semana por consequência dos trotes. Um processo único foi aberto pela reitoria sobre o assunto, e é necessário aguardar sessenta dias para avaliar a denúncia e as possíveis consequências. Vai constar com uma comissão de um técnico, um professor, e um aluno para avaliar a denúncia. Hugo Xavier deu continuidade na discussão e relatou que os objetivos da resolução Cuni são bons e adequados, mas ele fica na dúvida se é compatível, orientar e indicar um estudante que não tem a ambição de viver em república, pois é diferente uma pessoa que vai por escolha própria, ou aquela que não tem opção de onde morar. Ele acredita que é importante ter um canal de escuta de pessoas que desistam, ou não são aceitas, sem antes precisar fazer uma denúncia. Petrus retoma e considera que a questão de adaptação é importante. Sobre a saúde mental, ele acredita que não adianta criar vagas nas repúblicas, e não ter amparo e nenhuma assistência, aconselha usar as duas últimas casas que foram construídas na vila universitária já com as devidas adaptações. Ele questiona se além das vagas de pessoas com deficiência, indígenas e negros, também poderiam haver acesso nas repúblicas federais o critério de quem veio de escolas públicas. Nathanael, representando a República Maracangalha, falou

sobre a resolução CUNI que indica pessoas de critério de sociabilidade econômica para as repúblicas, e que por parte da UFOP isso não é cumprido, pois em todo início de período, ele como representante da casa, não recebe nenhuma informação de calouros em situação de vulnerabilidade social para morar na república. Em nenhum momento a universidade indica algum contato para os estudantes terem acesso às moradias. Ele relembra que todos os sistemas são falhos, e que por parte da universidade falta uma ação mais ríspida contra atos de agressão, assédio, preconceito, ou exclusão de minorias, isso é uma postura que deve ser cobrada pela universidade. Ele também citou sobre as vagas ociosas nas repúblicas federais, ele acredita que seja necessário fazer um dado cruzado de quantas pessoas tem dentro das casas e na universidade, e que a UFOP seja mais presente. João Victor, da República Penitenciária, acredita que a porcentagem de 26% de socioeconômicos vivendo em república federal, seja bem maior. E relata que é importante ter vagas para estas pessoas, mas é importante passar pelo período de adaptação nas casas, visto que corre o risco delas não se encaixarem na rotina da casa. E precisa ser pensado na logística de como a UFOP vai indicar esses alunos. Lucas Prospero, comenta a ideia que caso seja feita a reserva de vagas, colocar o aluno como agregado, da qual são pessoas isentas da parte organizacional da república. Ele relata que os eventos que a república faz, são necessários, pois são elas que deixam a república viva, visto que por parte da UFOP, não tem auxílio financeiro para manutenção de obras. Tomás relata que os eventos que ocorreram nesses últimos dias, não representam as repúblicas federais, ele ressalta que o sistema tem sim suas falhas, mas é algo que funciona e acolhe muita gente. E sobre os eventos que aconteceram nesses últimos dias, foram pontuais, e não representam o sistema como um todo. Ele explica sobre um formulário da PRACE, de atualização cadastral de repúblicas federais, e quando há algum desligamento de aluno, tem uma parte onde o próprio desistente pode preencher, falando de ocorrências, motivo de desistência, da qual, pode ser preenchido pelo próprio representante da casa, ou pelo aluno. Por ser um tema complexo e que precisa ser mais discutido, a presidente propôs que a pauta continuasse na próxima reunião e também falar sobre a pauta de cobrança de energia elétrica. Ela enviou no chat e fez a leitura de 5 sugestões de encaminhamento: 1) Solicitar/cobrar a PRACE a realização do perfil dos estudantes das Repúblicas Federais; 2) Verificar o critério técnico utilizado para determinar a ocupação de cada República Federal; 3) Verificar quantos processos correm hoje na UFOP sobre denúncias nas Repúblicas Federais. O que a UFOP tem feito com essas denúncias; 4) Canal de escuta das pessoas que desistem das vagas nas Repúblicas Federais; 5) Verificar a atuação da PRACE diante dos art.5 e art.11 da resolução CUNI 1540. Com duas horas de reunião, Eduardo Evangelista, sugeriu que seja estabelecido um tempo de fala, visto que a pauta foi muito estendida. A presidente concordou e perguntou se todos estavam de acordo com os 5 encaminhamentos apresentados. A próxima reunião ficou marcada para o dia primeiro de dezembro, quinta-feira, após retorno das aulas.